


POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO DA PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA

DISTANCE TEACHER TRAINING POLICIES: A STUDY ABOUT THE CONTEXT OF THE PRACTICE IN THE PEDAGOGY COURSE AT UFMA

POLÍTICAS DE FORMACIÓN DOCENTE A DISTANCIA: UN ESTUDIO SOBRE EL CONTEXTO DE LA PRÁCTICA EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UFMA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-021>

Data de submissão: 05/09/2025

Data de publicação: 05/10/2025

Francilva Costa de França

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

E-mail: francilvafranca@rede.ulbra.br

Angelo Rodrigo Bianchini

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: ar.bianchini@ufma.br

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as políticas de formação de professores a distância e suas implicações para o contexto da prática no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. A metodologia segue com base numa pesquisa qualitativa e documental pautados no ciclo de políticas de Ball e Bowe (1996), sendo o questionário online o instrumento de coleta de dados aplicados com quatro professores da instituição que exerceram a função de coordenadores do curso de Pedagogia. Os resultados demonstram que os cursos superiores ofertados na modalidade à distância para serem de qualidade necessitam seguir normas, diretrizes e orientações de políticas educacionais para a formação de professores, principalmente embasadas pelos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a distância.

Palavras-chave: Contexto da Prática. Educação a Distância. Formação Docente. Políticas.

ABSTRACT

This research aims to analyze the policies for distance teacher education and their implications for the context of practice in the Degree Course in Pedagogy at the Federal University of Maranhão through the Directorate of Technology in Education (DINTE). The methodology follows based on a bibliographic and documentary research with a qualitative and descriptive approach, followed by discourse analysis, based on the policy cycle created by Ball and Bowe (1996), with reference to the conceptions presented by Alonso (2010), Bastos Filho (2010), Becker (1993), Belloni (2012), among other authors. Thus, the results demonstrate the contributions of educational policies in teacher training, seeing distance education as a didactic tool, capable of contributing to the qualification and training process of education professionals.

Keywords: Context of Practice. Distance Education. Teacher Education. Policies.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las políticas de formación docente a distancia y sus implicaciones para el contexto de la práctica docente en el Programa de Licenciatura en Pedagogía de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA). La metodología se basa en una investigación cualitativa y documental, guiada por el ciclo de políticas de Ball y Bowe (1996). Se utilizó un cuestionario en línea como instrumento de recolección de datos con cuatro profesores de la institución que se desempeñaban como coordinadores del programa de Pedagogía. Los resultados demuestran que, para ser de alta calidad, los programas de educación superior a distancia deben seguir los estándares, directrices y orientaciones de las políticas educativas para la formación docente, basadas principalmente en los Estándares de Calidad para la Educación Superior a Distancia.

Palabras clave: Contexto de la Práctica. Educación a Distancia. Formación Docente. Políticas.

1 INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD), é uma modalidade educacional em que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em conjunto com as Tecnologias da Informação e Comunicação (notebook, celular, *tablet*, videoconferência, *skype*, AVA, etc.) e tem sido uma alternativa para muitos estudantes que buscam uma oportunidade de formação na educação superior, principalmente em cursos de licenciaturas.

A EAD enquanto uma modalidade de ensino é vista como um fenômeno que vem se expandindo de forma exponencial nos últimos anos e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 têm reconhecido o caráter abrangente e impactante do uso das tecnologias no ambiente escolar através das TIC's (BRASIL, 1996). No art. 80 podemos perceber o grau de relevância da utilização das tecnologias na educação enquanto uma inovação capaz de abranger todos os níveis e modalidades de ensino tanto de forma presencial (sala de aula) e a distância, promovendo experiências e aprendizagens.

Com base nesse contexto, a pesquisa teve o objetivo de analisar as políticas de formação de professores a distância buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão, tendo como referencial para a análise o ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), com ênfase no contexto na prática. Busca-se destacar o cenário histórico e atual da Educação a Distância na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), no decorrer da implantação dos cursos direcionados a formação docente, mais especificamente de Licenciatura em Pedagogia, e conhecer as concepções dos professores da universidade que atuaram no ensino a distância em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira.

O interesse por essa investigação surgiu a partir de uma experiência na tutoria de um curso de especialização a distância, voltado para a formação de profissionais da educação no ano de 2017 a 2019, tornando possível conhecer as trajetórias e vivências dos alunos no decorrer do curso, o que proporcionou uma convivência com a realidade dos cursos à distância. No decorrer dessa experiência e ao vivenciar vários discursos por parte destes em relação a qualidade, estrutura física, pedagógica, e a forma como o curso estava sendo ofertado “à distância”, surgiu a inquietação de analisar as políticas de formação docente a distância no Brasil e a atuação da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED) na implementação de cursos de formação de professores, evidenciando também a intenção e

os discursos do Estado sobre a universalização e democratização da Educação Superior na EaD, enquanto reflexo das reformas neoliberais.

O percurso metodológico segue com base numa pesquisa bibliográfica e análise documental, perpassando por um estudo exploratório com embasamento qualitativo, tendo como referencial o ciclo de políticas formulado por Ball e Bowe (1992), com ênfase no contexto na prática¹. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário online envolvendo a participação de quatro professores da UFMA que exerceram a função de coordenadores do curso de Pedagogia.

Portanto, torna-se possível afirmar que esse cenário servirá como pano de fundo para contextualizar e compreender as políticas e os discursos sobre a formação de professores na modalidade a distância enquanto uma estratégia política para democratizar o ensino superior, ampliar o número de educadores e a qualidade da educação no Maranhão através da Universidade Federal do Maranhão.

2 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO BRASIL

As políticas de formação de professores na modalidade de educação à distância nos últimos anos vêm sendo organizadas e apresentadas pelos governos como estratégia para democratização do acesso à educação superior e como uma alternativa para contribuir para qualidade da educação básica no Brasil. Para Belloni (2012, p. 14), a EaD “aparece como uma solução de emergência para problemas educacionais enquanto nos países ricos ela vem contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino presencial em todos os níveis”, tornando-se uma importante alternativa para a formação do professor.

Nos tópicos a seguir, torna-se possível observar sob um novo olhar as principais políticas de formação de professores a distância, demonstrando a caracterização de algumas leis, decretos e uma portaria que regulamentaram este tipo de formação no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), cujo recorte temporal permeou a partir da década de 1990 com a LDB, nº 9.394/96.

2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Nº 9.394/96

A primeira política a ser analisada que impulsionou a formação de professores a distância a partir da década de 90 foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº, 9,394/96 a qual teve sua aprovação no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) que de fato reconheceu a EaD como modalidade de ensino em todos os níveis.

A partir da LDB, a formação de professores na modalidade a distância tomou novos caminhos, surgindo novas políticas que priorizaram e valorizaram o ensino a distância como parte da formação do educador. Assim, houve uma expansão significativa desta modalidade de ensino na educação superior, ultrapassando o número de ofertas de vagas do ensino presencial, proporcionando a criação de novas regulamentações, decretos, portarias, etc. Após LDB, nº. 9.394/96, a EaD influenciou a criação de diversas políticas e programas educacionais voltadas para a formação docente. Dessa forma, para compreender melhor como ocorreu o processo de consolidação da EaD no Brasil através de cursos direcionados a formação de professores nos últimos governos, o quadro 1 ilustra as principais políticas que regulamentaram o ensino a distância no nosso país.

Conforme o quadro 1, a primeira regulamentação que também contribuiu na formação de professores é a Emenda Constitucional n.º 14 de setembro de 1996 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que obteve sua regulamentação pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro deste mesmo ano e pelo Decreto nº 2.264, sendo implantado em 1º de janeiro de 1998.

Quadro 1 – Marcos Regulatórios

Governo	Ano	Regulamentação	Caracterização
Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	1996	Emenda Constitucional n.º 14/09/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97.	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
	1996	LDB, Lei nº 9.394 (20 de dezembro)	A EaD passa a ser reconhecida como uma modalidade de ensino.
	1997	Portaria nº 522 (09 abril)	Criou-se o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)
	1998	Decreto nº 2.494	Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).
	1998	Decreto nº 2.561	Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010)	2005	Decreto nº 5.622	Regulamentou o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.393/96.
	2006	Decreto nº 5.800	Criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB).
	2006	Emenda Constitucional nº 53	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)
	2009	Decreto nº 6.755 (29 de Janeiro)	Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas

			de formação inicial e continuada, e dá outras providências.
Dilma Rousseff (2011-2016)	2014	Lei, nº 13.005 (25 de junho)	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.
	2016	Decreto nº 8.752 (9 de maio)	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, revogando o Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009.
Michel Temer (2016-2018)	2017	Decreto n. 9.057 (25 de maio)	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
	2017	Portaria Normativa, n.11 (20 de junho)	Elaborou normas para que as instituições credenciem e ofertem cursos a distância em conformidade com o Decreto n.9.057 de 25 de maio de 2017.

Fonte: Elaborado pela autora

A portaria nº 522 deu origem ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), criado no dia 09 de abril de 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), com o intuito de promover e prestar suporte no uso das tecnologias dentro do ambiente escolar tanto no Ensino Fundamental e Médio, tal como na formação continuada de professores na modalidade à distância. O PROINFO foi criado com o objetivo de implementar a utilização das TIC's dentro do ambiente escolar (BRASIL, 1997).

É necessário destacar que a experiência com o PROINFO foi de grande importância para a elaboração das políticas voltadas para a EaD. Podemos citar como parte desse processo de modificações provenientes das experiências do PROINFO os decretos de nº 2.494 e o nº 2.561, ambos incluídos no cenário político educacional no ano de 1998. Por meio desses decretos a EaD ganha uma nova dimensão conceitual mais precisa e objetiva, conforme representado no Art.1 do Decreto no 2.494, que a define enquanto uma forma de ensino capaz de permitir ao indivíduo alcançar a autoaprendizagem, utilizando recursos digitais como parte do processo educativo, sendo representados de forma diversificada em consonância com os meios de comunicação (BRASIL, 1998^a; 1998b).

O Decreto nº 2.494 de 1998, apresenta a importância dos meios de comunicação como recursos didáticos para serem trabalhados na EaD. Inicialmente os meios de comunicação utilizados nesta modalidade de ensino eram apenas o rádio e a TV, mas com a criação dos decretos de nº 2.494 e nº 2.561, são apresentadas novas possibilidades na implantação de outros meios de comunicação, bem como os requisitos mínimos que devem ser considerados para a qualidade na oferta dos cursos online ou semipresenciais.

Outra normativa que surgiu, mais neste momento no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi o Decreto nº 5.622 de 2005, regulamentando o Art. 80 da LDB, nº 9.393/96. Este documento surge dando maior ênfase em conceituar a EaD logo no Art. 1, relatando que a educação a

distância é uma modalidade cuja mediação didática e pedagógica ocorre com o uso das TIC's pelos alunos e professores em qualquer lugar ou tempo diverso.

O Decreto 5.622/2005 também chama atenção da importância da metodologia utilizada nesse novo cenário educacional, a forma como ocorre a avaliação dos alunos e a atuação da gestão para garantir momentos presenciais como parte do processo de ensino-aprendizagem. Assim, as instituições de ensino superior ao ofertarem cursos de formação de professores devem priorizar estágios obrigatórios, defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com a legislação vigente e inclusive atividades laboratoriais de ensino, caso seja necessário (BRASIL, 2005).

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada a partir do decreto nº 5.800, aprovado no dia 08 de junho de 2006, tinha como principal objetivo formar novos professores com o intuito de amenizar a ausência desses profissionais no país, já que o número de educadores na maioria dos estados brasileiros não era suficiente para a demanda necessária. A princípio a UAB promovia apenas alguns cursos de capacitação ministrados a distância para os docentes que atuavam em sala de aula, mais com o decorrer do tempo passou a focar suas atividades em cursos direcionados para a formação de professores (BRASIL, 2006; SILVA; NUNES, 2014).

Outra política que influenciou na ampliação da oferta de cursos de qualificação docente foi a Emenda Constitucional nº 53 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que destina 60% dos recursos à remuneração dos profissionais da educação básica e 40% para as despesas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) realizado na educação básica, em que a formação está contemplada.

O Decreto nº 6.755, aprovado em 29 de janeiro de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Esta política surgiu para atender o disposto no artigo 11, inciso III do decreto nº 6.755/2009 que incide sobre a oferta emergencial de cursos de licenciaturas e/ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica (BRASIL, 2009; VILLARDI; OLIVEIRA, 2005).

Um importante programa que contribuiu na expansão dos cursos de formação de professores na modalidade presencial e a distância foi o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), considerada uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O decreto presidencial nº 6.755 de 2009 vislumbra a promoção de oportunidades para os profissionais da educação nas IES do setor público, estabelecendo que a

formação dos docentes deve ocorrer a princípio de modo presencial, mais quando essa oferta não se faz presente nesta modalidade de ensino, o decreto reconhece a importância e a contribuição da educação a distância e semipresencial na formação inicial e continuada.

No Governo de Dilma Rousseff (2010-2016), deu-se continuidade aos projetos originados no Governo Lula voltados para a formação de professores. Formar professores é visto como um desafio para as políticas educacionais do nosso país, como é o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, que revogou a Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001, propõem estratégias e alternativas para solucionar este problema que vem se estendendo em todos os governos, enxergando na educação a distância, por exemplo, uma oportunidade de contribuir no processo formativo dos profissionais de educação.

O Plano Nacional de Educação traz metas e estratégias a serem cumpridas em dez anos (2014-2024), perpassando por todas as modalidades educacionais, tal como: na Educação a Distância (EaD), para expandir a oferta de vagas em cursos de formação e qualificação docente com o objetivo de melhorar os padrões de qualidade da educação brasileira. Além do PNE nacional que prevê a formação de professores no ensino presencial e a distância, os Municípios, os Estados e Distrito Federal, também precisam elaborar os próprios planos educacionais de acordo com a sua realidade, tendo como base as orientações da Lei nº 13.005/2014 para ofertar cursos de formação de professores.

Durante o governo de Michel Temer (2016-2018), houve uma nova regulamentação pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que amplia o conceito de EaD, ressaltando que a educação a distância não é apenas mais uma modalidade de ensino, mas que prevê a necessidade da presença de profissionais qualificados para contribuir na formação dos estudantes, garantindo inclusive políticas de acesso aos cursos à distância, acompanhamento e avaliação (BRASIL, 2017^a).

Um aspecto relevante a ser discutido como um importante instrumento jurídico criado no dia 20 de junho de 2017 é a Portaria Normativa nº 11, enfatizando no artigo 1, que as IES poderão disponibilizar cursos superiores a distância sem encontros presenciais quer seja de graduação ou pós-graduação. Assim sendo, esse ordenamento jurídico abriu espaço para as IES ofertarem cursos totalmente online voltados principalmente na formação de professores (BRASIL, 2017b).

Portanto, podemos perceber que os marcos regulatórios para a EaD no Brasil estão desde o princípio se desenvolvendo de forma gradual e com algumas contradições.

3 O CONTEXTO DA PRÁTICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMA NA VISÃO DOS DOCENTES COM BASE NOS REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O contexto da prática é considerado o eixo onde a política é interpretada e recriada, promovendo efeitos e consequências capazes de gerar transformações perante a política original, ou seja, as políticas de certo modo não são simplesmente implementadas na prática, mas estão sujeitas a interpretações. Dessa forma, Bowe, Ball e Gold, 1992, p. 22), demonstra que:

[...] os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc.

Esta abordagem do ciclo de políticas na visão de Bowe, Ball e Gold (1992), descreve que os docentes e demais profissionais envolvidos no processo de análise de uma política, assumem um papel de suma relevância no processo de interpretação e reinterpretação de uma política. Então, a forma como esses sujeitos pensam e acreditam interferem diretamente no processo de implementação das políticas, como por exemplo, o Decreto 5.622/2005.

Segundo o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 ao regulamentar o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96 destaca que para ofertar cursos à distância, determina que as instituições de ensino necessitam criar um Projeto Pedagógico Curricular (PPC), bem elaborado para nortear ações administrativas, tecnológicas e pedagógicas, de acordo com os referenciais de qualidade, levando em consideração a contextualização das aprendizagens, características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado e suas regiões. Dessa maneira, as políticas buscam respeitar e valorizar a autonomia pedagógica, a identidade e a diversidade de cada localidade.

Conforme à complexidade e necessidade de uma abordagem sistêmica, os projetos de oferta de cursos à distância precisam seguir as orientações dos referenciais de qualidade, tendo como base os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura. Logo, essas dimensões precisam estar expressas no projeto pedagógico juntamente com os seguintes tópicos: I. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem (destaca de forma clara e objetiva a concepção epistemológica em relação a educação, o currículo, a metodologia de ensino-aprendizagem, o tipo de aluno o qual pretende formar, etc.); II. Sistemas de Comunicação (define o modelo de comunicação

eficiente entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando um ambiente interativo e estimulador com ajuda das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); III. Material Didático (Precisa ser elaborado seguindo os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos para contribuir na construção do conhecimento e aquisição de novas habilidades e competências). IV. Avaliação (O processo avaliativo deve contemplar a dimensão referente ao acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e a institucional, primando uma avaliação afim de promover melhorias no curso); V. Equipe multidisciplinar (compreende profissionais que exercem funções de planejamento e implementação de um curso EAD); VI. Gestão acadêmico-administrativa (corresponde aos serviços ofertados virtualmente pela instituição da mesma de um curso presencial); VII. Sustentabilidade financeira (trata dos investimentos realizados pela instituição relacionadas as atividades tecnológicas, pedagógicas e político administrativas (MANCINI, 2018; BRASIL, 2007).

Portanto, através dessa conjuntura, este estudo busca analisar com base no contexto da prática as políticas de formação professores a distância no sentido de compreender o processo de implementação e desenvolvimento do curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

3.1 O PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR (PPC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA DA UFMA: O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Esta investigação segue com base num estudo de caso e análise documental, perpassando por uma pesquisa exploratória com embasamento qualitativo, pautada no ciclo de políticas criada por Stephen Ball e Richard Bowe (1992), com ênfase no contexto da prática, tendo o objetivo de analisar as políticas de formação professores a distância” buscando apreender como elas foram compreendidas e (re)significadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância².

O *lôcus* da pesquisa foi o curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Maranhão, campus Bacanga mediado pela Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED). Os dados empíricos foram obtidos no mês de janeiro de 2021, envolvendo a participação de 4 (quatro) docentes que exerceram funções ligadas as coordenações do núcleo e/ou dos cursos de formação de professores à distância ofertados pela universidade, além de terem colaborado na elaboração do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2013.

Dentre os investigados, 3 (três) são do sexo feminino e 1 (um) masculino, 3 estão entre 48 a 56 anos e 1 (um) na faixa etária de 57 a 65 anos, 3 (três) atuam como docentes na UFMA há mais de 11 anos e 1 (um) está há 30 anos, sendo o doutorado a última titulação acadêmica adquirida por todos. Ao

serem questionados sobre como ocorreu sua participação nos cursos superiores a distância, apenas um destacou ter exercido a função de coordenador do curso de Pedagogia, tutor e professor formador, os demais não destacaram o tipo de coordenação exercida durante sua permanência no núcleo de ensino a distância.

No decorrer da pesquisa, os docentes foram indagados se possuíam conhecimentos ou experiência com a educação a distância antes de atuar no curso de Pedagogia, cujas respostas foram unânimes afirmando que todos já haviam atuado nesta modalidade de ensino. Neste instante é válido considerar que o profissional de educação, mais especificamente o “professor” tem a responsabilidade de mediar e criar situações didáticas para suprir as necessidades educacionais e o interesse dos discentes, logo, adquirir experiência no ensino a distância é algo crucial para obter resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem, no intuito de estimular o pensamento crítico buscando encorajar a aquisição de novos conhecimentos com atividades pedagógicas que incentivem a construção do saber (SANTOS, 2006; FRIGOTO, 2013).

Dentre os questionamentos levantados no questionário online, um destes trouxe a concepção de 3 (três) docentes sobre a educação a distância e apenas 1 (um) optou por não responder tal questão, cujo as narrativas sinalizaram ser:

- Uma modalidade de ensino que visa diminuir o contingente de pessoas em graduação e promove o desenvolvimento da autonomia de estudo. (Professor A).
- Educação não presencial mediada por Tic. (Professor B).
- Educação planejada e direcionada a alunos que estejam geograficamente dispersos e que permite com que os conteúdos sejam consumidos em horários diferenciados, atendendo a uma exigência de um público que se não fosse desta maneira não poderia frequentar a um curso regular (Professor C).

Conforme demonstrado acima, os professores consideram a educação a distância como uma modalidade de ensino voltada para atender pessoas que por algum motivo tiverem dificuldades para frequentar um curso regular. Para Junges, Povaluk e Santos (2009), enfatiza que a educação a distância por garantir uma flexibilidade na forma de aprender tem atraído milhares de indivíduos que desejam conquistar um bom emprego, ter um diploma do ensino superior ou apenas almejam crescer profissionalmente.

Os docentes da UFMA também foram questionados se conheciam os referenciais de qualidade para educação superior a distância, elaborada pelo Ministério da Educação em 2007, durante sua participação na elaboração do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Licenciatura em Pedagogia. Logo, todos afirmaram que conheciam os referenciais de qualidade antes da elaboração do projeto pedagógico em 2013.

A última questão feita aos docentes em relação a segunda seção da pesquisa que trata do Projeto Pedagógico Curricular, se estes tiveram conhecimento de como ocorreu o processo de elaboração do PPC do Curso de Pedagogia a distância e todos afirmaram que “sim”. Este contexto é algo de suma importância para perceber que todos os envolvidos na construção do projeto pedagógico estão cientes de todas as etapas de elaboração para que o ensino e a aprendizagem sejam alicerçados com base nos referenciais de qualidade para educação superior a distância.

A partir das informações obtidas nesta etapa da pesquisa, prosseguimos com as discussões sobre o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância da UFMA, analisando as concepções dos docentes referentes aos aspectos pedagógicos, sistema de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e financeira, tendo como base os referenciais de qualidade para educação superior a distância.

3.2 CONCEPÇÃO DOCENTE EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS PEDAGÓGICOS, DE COMUNICAÇÃO, RECURSOS HUMANOS, INFRAESTRUTURA, GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Dando continuidade à pesquisa, a terceira seção do questionário online investiga a concepção dos docentes em relação aos aspectos pedagógicos, de comunicação, recursos humanos, infraestrutura, gestão acadêmico-administrativa e sustentabilidade financeira, cujo primeiro questionamento destaca se o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Pedagogia a distância apresenta claramente a concepção epistemológica de educação, de currículo, de ensino e de perfil do estudante que se pretende formar. Dentre os sujeitos 2 (dois) concordam parcialmente, 1 (um) concorda totalmente e outro discorda parcialmente dessa informação.

Cabe ainda ressaltar que para obter um Projeto Pedagógico Curricular, alinhado as concepções epistemológicas de educação quer seja no aspecto curricular, no processo de ensino e no perfil do aluno, alicerçam o processo de ensino e aprendizagem propostos pelos princípios e diretrizes estabelecidos pelos referenciais de qualidade para educação superior a distância. Assim, segundo Abreu e Lopes (2008), os processos de produção de materiais didáticos, de tutoria, de comunicação e avaliação serão desenvolvidos com mais qualidade.

Os docentes da UFMA também foram questionados a respeito do sistema de comunicação da Diretoria de Tecnologias na Educação (DTED), antigo Núcleo de Educação a Distância (NEAD), sendo que 3 (três) estão parcialmente insatisfeitos pela forma que o núcleo tem se comunicado com a comunidade interna e externa da universidade e 1 (um) está satisfeito parcialmente. Com base na concepção dos professores, o DTED precisa melhorar o sistema de comunicação, uma vez que as

tecnologias são as principais ferramentas responsáveis pela interação entre professores, tutores e alunos, e ao mesmo tempo incentiva a autonomia e o estudante passa a se sentir mais amparado pela instituição (AMARAL; ROSINI, 2008).

Quando os sujeitos da pesquisa foram indagados se o material didático disponibilizado aos discentes estava alinhado ao Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Pedagogia com o objetivo de promover habilidades e competências para facilitar a construção do conhecimento e mediar a relação entre o estudante e o professor, 2 (dois) concordam parcialmente e 2 (dois) discordam parcialmente.

Outra questão relacionada ao projeto pedagógico curricular direcionado aos professores evidencia o processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes e construção do conhecimento, sendo que todos concordaram parcialmente que o projeto pedagógico apresenta um sistema avaliativo capaz de colaborar no processo de aprendizagem do aluno, além de estimular a aquisição e ampliação dos conhecimentos.

Em relação a equipe multidisciplinar, 2 (dois) sujeitos da pesquisa concordam totalmente que há tutores, professores, corpo técnico-administrativo, coordenadores, dentre outros profissionais suficientes para colaborar no funcionamento e estruturação do curso, sendo que 1 (um) concorda parcialmente e outro discorda totalmente. Mediante essa assertiva, Silva Júnior, Kato e Santos (2010), afirma que um curso de educação a distância deve possuir uma equipe multidisciplinar para colaborar na implementação e na execução das atividades administrativas e pedagógicas, como por exemplo: os docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo.

Quando os docentes foram questionados em relação a infraestrutura material e física proporcional ao número de estudantes matriculados, 2 (dois) concordam parcialmente que o núcleo de educação a distância possui salas de aula, secretarias, polos de apoio presencial, internet, televisores, computadores, impressoras, laboratórios de ensino, etc., de acordo com a quantidade de alunos. Mas, 2 (dois) sujeitos da pesquisa discordaram totalmente, afirmando que a diretoria deveria disponibilizar mais materiais e estrutura física capaz de acomodar todos os discentes.

Nesta questão, observamos que as respostas estão divididas em “concordo parcialmente” e “discordo totalmente” na visão dos professores. Neste instante, os referenciais de qualidade surgem afirmando que uma instituição ao ofertar cursos à distância deve disponibilizar uma infraestrutura de apoio material e estrutura física na sede, nos polos de apoio presencial, na secretaria e/ou núcleo de Educação a Distância para dar suporte no planejamento, produção e organização dos cursos à distância.

Já em relação ao atendimento aos discentes, tornou possível identificar que 3 (três) professores concordam parcialmente que o sistema acadêmico está integrado com os demais serviços da instituição

disponíveis para os do ensino presencial, enquanto 1 (um) docente discordou totalmente. Manter um atendimento e acesso a todos os serviços disponibilizados pela universidade, quer seja para os alunos do ensino presencial e a distância, favorecem a integração dos discentes geograficamente distantes com os serviços disponíveis virtualmente, tendo as mesmas condições e suporte dos demais alunos do ensino presencial, tais como: matrícula, rematrícula, inscrições, solicitação de requerimentos, acesso as informações da instituição, secretaria, biblioteca, etc.

A penúltima questão, indagou se a Universidade Federal do Maranhão através da DTED têm investido na produção de materiais didáticos, na capacitação das equipes multidisciplinares, na implantação de polos de apoio presencial, equipamentos, implantação de sistema de gestão e comunicação, etc., necessários para promover uma formação de qualidade. Dentre os investigados, 3 (três) concordam parcialmente neste investimento para oferecer um ensino de qualidade e apenas 1 (um) discordou parcialmente.

Conforme os sujeitos da pesquisa a UFMA têm investido em ações para ofertar cursos à distância de nível superior e profissionalizante para a comunidade interna e externa, além de financiar a produção de material didático, capacitação de equipe multidisciplinar, implantação de polos de apoio presencial e demais recursos educacionais a ser disponibilizada pelo núcleo de educação a distância da IES, a partir dos recursos financeiros disponibilizados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A última questão destacou a avaliação dos docentes sobre o curso de Pedagogia a Distância, onde 3 (três) consideram ser bom e 1 (um) afirma que o curso é regular. Dessa forma, na visão dos docentes entrevistados o Curso de Licenciatura em Pedagogia tem contribuído positivamente na formação dos futuros pedagogos.

A partir da pesquisa realizada torna-se possível ressaltar que as Instituições de Ensino Superior (IES) ao ofertarem cursos de EAD necessitam elaborar um projeto educacional curricular com base nos referenciais de qualidade para educação superior a distância, priorizando informações capazes de garantir a qualidade nos processos teóricos-metodológicos e organizacional da instituição. A UFMA por meio da DTED elaborou o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia à distância juntamente com alguns docentes do Departamento de Educação I e II do Centro de Ciências Sociais (CCSO), definindo os aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura primordiais para que o processo de ensino e aprendizagem seja alicerçado (UFMA, 2017; 2013).

4 CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa, tornou possível verificar a partir da perspectiva do contexto da prática do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), as concepções dos professores da UFMA que atuaram

como coordenadores no curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade de EaD. Embora considerem que o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia está alinhado aos aspectos epistemológicos de educação, ensino, currículo e perfil do aluno, destacam algumas questões que foram observadas durante o processo de implementação e desenvolvimento do curso e que precisam de uma avaliação e reformulação: o sistema de comunicação, os materiais didáticos, infraestrutura material e física e o processo de avaliação. De um modo geral, os docentes avaliaram como “Bom” o curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMA na modalidade de EaD.

Compreendemos os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância como um documento relevante desde a regulamentação, implantação, funcionamento e avaliação dos cursos, para orientar nas questões relacionadas à estrutura física, materiais didáticos, equipamentos e a equipe de profissionais qualificados necessários para promover um ensino-aprendizagem de qualidade, pois torna-se imprescindível a necessidade de refletir como as políticas de formação de professores a distância e as IES estão sendo pensadas na sua totalidade, já que a EaD tem sido demarcada como um mercado promissor para as empresas educacionais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Rosana Gomes de; LOPES, Alice Casimiro. A comunidade disciplinar de ensino de química na produção de políticas de currículo. In: ROSA, Maria Inês Petrucci; ROSSI, Adriana Vitorino. Educação química no Brasil: memórias, políticas e tendências. Campinas – SP: editora Átomo, 2008.

AMARAL, R. C.; ROSINI, A. M. Gestão estratégica em programas de educação a distância: o impacto do processo de aprendizagem na construção do conhecimento. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, 14., set. 2008, Santos. Anais... Santos: ABED, 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/54200815803pm.pdf>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

BALL, Stephen; BOWE, Richard. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BELLONI, Maria Luiza. Educação à distância. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, A. Reforming education e changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001167.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, sobre a educação a distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Referências de qualidade para cursos superior à distância. In: Referenciais de qualidade para EAD. Brasília, ago. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jan. 2009.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/cciv/il03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 01 out. 2018.

BRASIL. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº-9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Portaria normativa, nº 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. 2017b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-011-2017-06-20.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

FRIGOTO, Gaudêncio. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, Elisa; OLIVEIRA, Dalila (Orgs.). A crise da escola e políticas educativas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

JUNGES, Kelen dos Santos; POVALUK, Maristela; SANTOS, Vanderlei Siqueira dos. O planejamento como elemento norteador da qualidade do processo de ensino e aprendizagem na educação a distância. In: IX Congresso Nacional de Educação; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba, 2009. Anais do IX EDUCERE. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2977_1395.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional; Jornal de Políticas Educacionais. v.12, n.16, ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217/36164>. Acesso em: 22 jul. 2020.

MANCINI, Mônica. Projeto pedagógico do curso de EAD e os referenciais de qualidade para educação superior à distância do MEC. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326020530_PROJETO_PEDAGOGICO_DO_CURSO_DE_EAD_E_OS_REFERENCIAIS_DE_QUALIDADE_PARA_EDUCACAO_SUPERIOR_A_DISTANCIA_DO_MEC/link/5b3640c8a6fdcc8506dc9135/download. Acesso em: 22 jan. 2021.

SANTOS, João Francisco Severo. Avaliação no ensino a distância. Revista Iberoamericana de Educación, v. 38, n. 4, p. 1-9, 2006. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2645> Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; KATO, Fabíola; SANTOS, Silvia Alves. Políticas públicas para formação a distância: implicações políticas e teóricas. In: SOUZA, Dilenio Dustan Lucas; SILVA JUNIOR, João dos Reis; FLORESTA, Maria das Graças Soares (Orgs.). Educação a Distância: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2010.

SILVA, Jussara Borges; NUNES, Claudio Pinto. Políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância no Brasil: uma análise histórica. ESUD – XXI, Anais... do Congresso Brasileiro de Ensino Superior à Distância, Florianópolis – SC, UNIREDE, 2014.

UFMA. Projeto pedagógico do curso de pedagogia licenciatura na modalidade à distância. Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão (NEAD-UFMA), 2007. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/Oc0 sXZD9CxtFrI9.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

UFMA. Projeto pedagógico do curso de pedagogia licenciatura na modalidade à distância. Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Maranhão (NEAD-UFMA), 2013.

VILLARDI, Raquel; OLIVEIRA, Eloisa. Tecnologia na educação: uma perspectiva sócio-interacionista. Rio de Janeiro: Dunya, 2005.